

**WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR**

*Juiz Federal da Segunda Vara  
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte*

***CURRICULUM VITAE***

**Natal – RN  
AGOSTO 2015**

## 1 – APRESENTAÇÃO

**W**alter Nunes da Silva Júnior possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1987). Mestrado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN em convênio com a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2000), aprovado, com louvor, com a dissertação *Poder judiciário democrático-constitucional*: uma apreciação política de sua estrutura, e Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2006), aprovado, com louvor, com a tese *Teoria constitucional do processo penal*: limitações fundamentais ao direito de punir do Estado. É Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, onde leciona na Graduação, as disciplinas Direito Processual Penal I e Direito Processual Penal II, e na Pós-Graduação Teoria Constitucional do Processo Penal. Foi Promotor de Justiça, Juiz de Direito e Procurador da República. Foi membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, em 1993-1995. Durante o biênio 2006-2008, foi Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE, período em que integrou, com direito a assento e voz, o Conselho da Justiça Federal – CJF e a Comissão Permanente dos Juizados Especiais Federais. No período de julho/2009 a julho/2011, foi Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. De outubro de 2010 a julho de 2011 foi Supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF. Desde outubro de 1991 é Juiz Federal da Segunda Vara da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, especializada em matéria criminal e, depois de encerrado o mandato de Conselheiro do CNJ, assumiu a função de Juiz Corregedor do Presídio Federal em Mossoró. Conselheiro da ENFAM, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados no biênio 2013-2015. Autor de diversos artigos jurídicos e dos livros: *Mandado de Segurança*, Natal, Editora Nordeste Gráfica, 1990; *Curso de processo penal*: teoria (constitucional) do processo penal. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2008, *Reforma Tópica do Processo Penal*: inovações aos procedimentos ordinário e sumário, Rio de Janeiro, livraria e editora Renovar Ltda., 2009 e *Reforma Tópica do Processo Penal*: inovações aos procedimentos ordinário e sumário, com o novo regime das provas, principais modificações do júri e as medidas cautelares pessoais (prisão e medidas da prisão), Rio de Janeiro, livraria e editora Renovar Ltda., 2ª edição, 2012, *Curso de direito processual penal*: teoria (constitucional) do processo penal. 2 ed. revista, ampliada e atualizada. Natal: OWL, 2015.

## 2– FORMAÇÃO ACADÊMICA / TITULAÇÃO

### 1986 **Graduação em Direito**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, em 1986.

### 2000 **Mestrado em Direito**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte –UFRN, em convênio com a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Título: *Poder judiciário democrático-constitucional*: uma apreciação política de sua estrutura. Ano de Obtenção: 2000

Orientadora: Maria dos Remédios Fontes Silva

Área de Concentração: Direito Constitucional

### 2006 **Doutorado em Direito**

Universidade Federal de Pernambuco –UFPE.

Título: *Teoria constitucional do direito processual penal*: limitações fundamentais ao exercício do direito de punir no sistema jurídico brasileiro. Ano de obtenção: 2006.

Orientador: Francisco de Queiroz Cavalcanti

Área de Concentração: Direito Processual Penal

## 3– APROVAÇÃO EM CONCURSOS

- Aprovado em concurso público de provas para o cargo de Auxiliar Judiciário da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, exercido entre os anos de 1985 e 1987.
- Nomeado para o cargo comissionado de Coordenador Jurídico da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte – PRRN, exercido entre os anos de 1987 e 1988.
- Aprovado em concurso público de provas e títulos para o cargo de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – MPRN, cargo exercido, por três meses, no ano de 1988.
- Aprovado em concurso público de provas e títulos para o cargo de Procurador Federal do Instituto Nacional da Reforma Agrária – INCRA, com nomeação ocorrida em 1990, mas não tomou posse.
- Aprovado em concurso público de provas e títulos para o cargo de Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte – TJRN, exercido entre os anos de 1988 e 1991.
- Aprovado em concurso público de provas e títulos para o cargo de Procurador da República, com exercício na Procuradoria da República em Pernambuco – PRPE e na Procuradoria da República na Paraíba – PRPB, durante dez meses do ano de 1991.
- Aprovado em concurso público de provas e títulos para o cargo de Juiz Federal, com exercício na Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, a partir de outubro de 1991.
- Aprovado em concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor Auxiliar da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, na cadeira de Teoria Geral do Processo, com exercício a partir de 1993, com a carga horária de 20 h/a, ocupando,

atualmente, em razão de progressão funcional decorrente da aquisição do título de Doutor, o cargo de Professor Associado, lecionando na Graduação e na Pós-Graduação.

#### **4- EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ALÉM DO CARGO DE JUIZ FEDERAL**

- Membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte – TER/RN, na vaga destinada à justiça federal, durante o biênio 1993 a 1995.
- Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE, no biênio 2006 a 2008.
- Juiz Auxiliar da Presidência e da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, durante o período de fevereiro a junho de 2009.
- Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no período de julho/2009 a julho de 2011.
- Supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas –DMF, no período de outubro de 2010 a julho de 2011.
- Juiz Corregedor do Presídio Federal em Mossoró, desde agosto de 2011.
- Coordenador-Geral do Fórum Permanente do Sistema Penitenciário Federal, nomeado pela Portaria nº 154, de 28 de junho de 2012, assinada pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal, Ministro João Otávio de Noronha, desde junho de 2012.
- Juiz Formador, encarregado de acompanhar o estágio dos Juízes Vitaliciandos que se encontram atuando nos limites territoriais da Jurisdição da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 3º, caput e §1º, da Resolução nº 25, de 25 de maio de 2005, bem como do art. 14 da Resolução nº 01, de 20 de fevereiro de 2008, do Conselho da Justiça Federal, designado pelo Corregedor do Tribunal Regional Federal da 5ª Região através da Portaria nº 91/CR, de 10 de abril de 2013.
- Membro do Conselho Superior da ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados para o biênio 2013-2015.

#### **5 - BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL**

- As audiências realizadas em meio audiovisual, utilizando-se do Sistema DRS, específico para documentação dos depoimentos, com monitores de vídeo individualizados para acompanhamento das audiências.
- Razões finais apresentadas em audiência, com digitação em teclado e mouse sem fio ou oral com gravação no sistema audiovisual.
- Realização de videoconferência, na forma estabelecida no Provimento nº 13, do Conselho da Justiça Federal, para a oitava de pessoas fora da sede do Juízo, com disponibilização de sala e equipamentos específicos, e utilização, alternativamente, se for o caso, do skype ou de outro sistema, como o polycom, a fim de que não seja prejudicada a audiência una no juízo deprecante, e o ato possa ser realizado em qualquer dia que tenha sido fixado na carta precatória.
- Criação de estrutura, com computador, câmera e instalação do sistema Polycom, em sala própria para oitava de testemunha que se enquadre no contexto do artigo 217 do Código de Processo Penal.
- As sentenças condenatórias ou absolutórias proferidas e publicadas em audiência, o que reduz para zero o tempo de tramitação do processo entre o término da instrução e a prolação da sentença, e possibilita a intimação das partes, evitando atos cartorários nesse sentido.

- Preferência de comunicação processual por *e-mails*, ligação telefônica, WhatsApp etc., evitando os meios convencionais de comunicação com acusados, testemunhas, advogados e Juízos deprecantes e deprecados.
- Criação do Sistema Integrado de Medidas e Penas Alternativas –SIMP, ferramenta eletrônica de acompanhamento e a fiscalização, via rede mundial de computadores, do efetivo cumprimento das medidas e penas alternativas. Esse sistema simplifica e dá celeridade ao monitoramento da prestação de serviço e frequência, na medida em que informação é inserida no sistema pela entidade filantrópica na qual cumprida a medida ou a pena, podendo o servidor emitir relatório a qualquer momento, dispensando a análise dos autos, sendo a informação acerca da prestação de serviço dada pela instituição parceira é feita via internet, dispensando o envio de folha de frequência mensal e juntada aos autos. Ato da Corregedoria Regional da 5ª Região recomendou a adoção desse sistema por todas as varas com competência em execução de medidas e penas alternativas.
- Adaptação de relógio de ponto digital, interligado ao Sistema Integrado de Medidas e Penas Alternativas – SIMP, para fins de registro do comparecimento periódico dos beneficiários e cumpridores de medidas e penas alternativas, o que torna mais eficaz e efetivo o acompanhamento e fiscalização das medidas e penas alternativas, evitando que servidores se desloquem até o balcão para o atendimento dos acusados.
- Desenvolvimento de aplicativo para fins de controle dos bens apreendidos.
- Análise dos dados estatísticos quanto aos processos distribuídos, julgados, arquivados e em tramitação, com especificação da tramitação por fase processual, para fins de identificação do tempo médio de curso do processo, e definição, no início de cada ano das metas específicas da 2ª Vara Federal.
- Realização de reunião com os servidores da Vara para avaliar o trabalho do ano anterior, estipular objetivos e divulgar as metas estabelecidas.
- As informações bancárias, telefônicas e fiscais decorrentes de decisão do Juízo em feitos sigilosos, por determinação que já consta na requisição, são remetidas diretamente à autoridade policial ou ao Ministério Público Federal pelas instituições financeiras, operadoras de telefonia ou Receita Federal, diminuindo assim o tempo de resposta aos requerentes e o trabalho da Secretaria.
- O uso da videoconferência para oitiva de policial na localidade em que se encontra, no caso deste já se encontrar designado para missão anteriormente a respectiva intimação.
- Tradução do mandado de citação e da denúncia, por meio de sítio de tradução, no caso de réu estrangeiro.
- Distribuição dos expedientes para os oficiais de justiça a cada segunda-feira, exceto os urgentes e plantões, que tem destruição imediata, a fim de que os oficiais se organizem.
- Estabelecimento do prazo de 10 dias para cumprimento dos expedientes de citação e notificação.
- Designação de 2 dias por semana para realização de audiências de réus presos, as quais são designadas, em regra, para 15 dias.
- Elaboração das regras para destinação dos recursos decorrentes das medidas e penas alternativas, na forma do Provimento do Conselho da Justiça Federal.
- Utilização de "despachos cheios" que impulsionam o processo com a orientação quanto a vários atos seguintes, sem a necessidade de o processo ser constantemente despachado.

## 6 – ATUAÇÃO ACADÊMICA

- Professor Associado das disciplinas Direito Processual Penal I e Direito Processual Penal II, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
- 
- Professor da disciplina Teoria Constitucional do Processo Penal do Curso de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

- Professor da disciplina Teoria Constitucional do Processo Penal na Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN.
- Coordenador do Projeto de Extensão Universitária PJ 328-2008: *Medidas alternativas*, na qualidade de Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
- Coordenador do Projeto de Pesquisa PIE2843-2008: *Análise acadêmica da Reforma do código de processo penal*, na qualidade de Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
- Professor da disciplina Introdução ao Processo Penal, no Curso de Pós-Graduação em Direito Penal e Processo Penal do Instituto Brasileiro de Direito Público – IDEP, Brasília/DF, em 2009.
- Coordenador Científico do III *Workshop* sobre o Sistema Penitenciário Federal, promovido pelo Conselho da Justiça Federal – CJF e pelo Departamento Penitenciário Nacional –DEPEN, realizado 17 e 18 de maio de 2012, em Natal/RN.
- Coordenador Científico do IV *Workshop* sobre o Sistema Penitenciário Federal, promovido pelo Conselho da Justiça Federal – CJF e pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, em 20, 21 e 22 de fevereiro de 2013, em Porto Velho/RO.
- Coordenador Científico do V *Workshop* sobre o Sistema Penitenciário Federal, promovido pelo Conselho da Justiça Federal – CJF e pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, realizado em Foz do Iguaçu/PR, em 26, 27 e 28 de março de 2014.
- Coordenador Científico do VI *Workshop* sobre o Sistema Penitenciário Federal, promovido pelo Conselho da Justiça Federal – CJF e pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN e o apoio do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, Campo Grande/MS, 26 e 27 de março de 2015.

## 7 – PUBLICAÇÕES

### 7.1. Alguns Artigos publicados em periódicos, jornais, revistas etc, a partir do ano de 2004

1. *O tratamento constitucional do sigilo da correspondência*. Brasília: Revista de Informação Legislativa, v. 41, p. 193-214, 2004.
2. *A necessidade de ampliação dos tribunais regionais federais*. Brasília: Consulex, ano 9, n. 204, p. 34-38, 15 jul. 2005.
3. *Legitimidade do ministério público na defesa dos direitos individuais homogêneos disponíveis*. Salvador: Diário do Poder Judiciário, ano 14, n. 3700, 23 fev. 2005. Caderno Opinião, p. 3.
4. *Racionalização e celeridade da instrução processual penal*. Minas Gerais: Revista MPMMG Jurídico, p. 72-73, 31 mar. 2006.
5. *Revisão judicial das decisões do CADE*. Brasília: Revista de Direito da Concorrência, n.12, p.109-121, out./dez., 2006.
6. *Sistema de proteção aos juízes*. Brasília: Correio Braziliense, n.15905, 04 dez, 2006. Caderno Direito e Justiça, p. 1.
7. *Informatização do processo*. Rio de Janeiro: Revista Justiça & Cidadania, v. 1, p. 22-25, 2006.
8. *Independência do poder judiciário brasileiro*. Consultor Jurídico, Madrid, ago. 2006. Disponível em: <[www.reporterbrasil.org.br](http://www.reporterbrasil.org.br)>.
9. *Foro privilegiado*. Consultor Jurídico, p. 1-2, 2007.

10. *Justiça com menos papel e mais rápida*. Belo Horizonte: Estado de Minas, 24 jan. 2007.
11. *Super-receita é retrocesso no combate ao trabalho escravo*. Consultor Jurídico, Madrid, fev. 2007. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 23 fev. 2007.
12. *Previdência única acaba com a harmonia remuneratória*. Consultor Jurídico, Madrid, ago. 2007. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 27 ago. 2007.
13. *O judiciário e a violência*. Rio de Janeiro: Jornal O Globo, 27 out. 2007.
14. *Privilegiar para quê?* Brasília: Correio Braziliense, 1 jun. 2007.
15. *Previdência pública complementar para quem?* Maceió: Fonte Notícias, 23 ago. 2007.
16. *Crescimento planejado não é esbanjamento*. Rio de Janeiro: Revista Justiça & Cidadania, v. 1, p. 1-2, 2007.
17. *Foro privilegiado*. Aracaju: Netlegis, 29 mai. 2007.
18. *Impasse na luta contra o trabalho escravo*. Brasília: Revista do Direito Trabalhista, v. 13, n. 1, p. 18, jan. 2007.
19. *Proteção aos juízes*. Brasília: Consulex, ano 11, n. 243, p. 29, 28 fev. 2007.
20. *Audiência audiovisual*. Natal: Tribuna do Norte, 22 ago, 2008, Caderno Opinião, p.2.
21. *Combate à morosidade: audiência Audiovisual racionaliza processo penal*. Consultor Jurídico, Madrid, 2008. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br>.
22. Artigo: Reforma do código de Processo Penal: Leis nºs 11.689, 11.719, de 2008. Livro: Reforma Infraconstitucional-Processo Penal, Ministério da Justiça-Secretaria da Reforma do Judiciário, p.71, 2009.
23. O Papel das Escolas de magistrados de acordo com a emenda Constitucional nº 45 de 2004. Natal: Revista do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, Vol. XLIII, p. 29 a 51, 2009.
24. Centro de Estudos Judiciários: Órgão de excelência e patrimônio da justiça federal. Revista CEJ, Brasília, pag. 24 a 27, jul.2011.
25. A Contribuição do CNJ para a concretização da dignidade da pessoa humana no contexto da atuação do Poder Judiciário. Revista de Direito Brasileira, RDB, Florianópolis/SC, pag. 315 a 356, Ano 3, Vol 6, Set-Dez/2013.
26. *Aspectos Gerais sobre a Colaboração (delação) Premiada*. Rio Grande do Norte: Revista Jurídica da UFRN INVERBIS 37, p. 185-201, ANO XX – jan/jun 2015

## **7.2 – Livros.**

1. *Mandado de segurança contra ato judicial: doutrina e jurisprudência*. Natal: Nordeste Gráfica, 1990.
2. *Curso de direito processual penal: teoria (constitucional) do processo penal*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
3. *Reforma tópica do processo penal: inovações aos procedimentos ordinário e sumário, com o novo regime das provas e principais modificações do júri*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. Lançamento em abril de 2009.
4. *Reforma Tópica do Processo Penal: inovações aos procedimentos ordinário e sumário, com o novo regime das provas, principais modificações do júri e as medidas cautelares pessoais (prisão e medidas diversas da prisão)*. 2 ed. revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Renovar Ltda., 2012.

5. *Curso de direito processual penal: teoria (constitucional) do processo penal*. 2 ed. revista, ampliada e atualizada. Natal: OWL, 2015.

### **7.3 – Publicações de Planos de gestão judicial e de Manuais Práticos.**

1. Coordenador e Coautor do Plano de Gestão para o funcionamento das Varas Criminais e de Execução Penal. Conselho Nacional de Justiça, Brasília, novembro de 2009.
2. Coordenador e Coautor do Manual Prático de Rotinas das Varas Criminais e de Execução Penal, elaborado de acordo com o Plano de Gestão para o funcionamento das Varas Criminais e de Execução Penal. Conselho Nacional de Justiça, Brasília, novembro de 2009.
3. Coordenador e Coautor do Manual Prático de Rotinas das Corregedorias Judiciais das Penitenciárias Federais, Centro de Estudos Judiciários, Brasília, março de 2013.
4. Coordenador e Coautor da Cartilha das Corregedorias Judiciais das Penitenciárias Federais, Centro de Estudos Judiciários, Brasília, março de 2013.
5. Coordenador e Coautor do Plano de Gestão das Corregedorias Judiciais das Penitenciárias Federais, Centro de Estudos Judiciários, Brasília, março de 2013.

### **7.4 – Prefácio e capítulos de livros publicados**

1. Prefácio do Livro *Competência da Justiça Federal*. In. CARVALHO, Vladimir de Sousa. Curitiba: Juruá Editora, 6 Ed., 2005, p.9-11.
2. *Informatização do processo*. In: CHAVES, Luciano Athayde. (Org.). *Direito processual do trabalho*. São Paulo: LTr, 2007, v. 1, p. 415-439.
3. *Direito de acesso à informação*. In: RDE Revista de Direito do Estado. Rio de Janeiro: Renovar. v. 9, p. 149-172, 2008.
4. Prefácio do Livro: *A Incompetência Constitucional Penal e os seus efeitos Processuais*. MARQUES, Andreo Aleksandro Nobre. São Paulo: M. P. Editora, 2008, p.11-13.
5. Prefácio do Livro: *Colisão entre Poder Punitivo do Estado e Garantia Constitucional da Defesa*. ATAÍDE, Fábio. Curitiba/PR: Juruá Editora, 2010, p.17-20.
6. Prefácio do Livro: *Princípio da Proporcionalidade e Guerra contra as Drogas*. HAMILTON, Olavo. Mossoró/RN: Hamilton&Hamilton, 2014, p.5-10.
7. Capítulo do Livro: *Dez anos de reforma do Judiciário e o nascimento do Conselho Nacional de Justiça*. I. STOCO, Rui . II. PENALVA, Janaína. São Paulo/SP: Editora Rvista dos Tribunais, 2015, p.515-540.

### **7.5 – Coordenação de revistas acadêmicas e participação no Conselho Tutorial**

1. Criou e foi Diretor da Revista do Centro de Estudos Jurídicos da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte –CEJ/RN.
2. Criou e foi Diretor da RCD - Revista do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
3. Membro do Conselho Científico da Revista *Constituição e Garantia de Direitos*, Publicação do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
4. Membro do Conselho Editorial da Revista jurídica da UFRN *Inverbis*, Publicação Semestral dos Acadêmicos do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



5. Membro do Conselho Editorial da Revista do Centro de Estudos Jurídicos do Rio Grande do Norte - CEJ/RN.
6. Membro do Conselho Editorial da Revista Direito e Liberdade da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN.
4. Criador e membro do Conselho Editorial da Editora OWL Editora Jurídica.

**7.6 – Demais produções bibliográficas (conferência, palestra, seminário, apresentação de trabalho), a partir do ano de 2004.**

**7.6.1 – Palestras em eventos Internacionais**

<b>Evento:</b>	CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PENAS ALTERNATIVAS, promovido pelo Ministério da Justiça, em Brasília/DF, em 2004.
<b>Tema da palestra:</b>	PENAS ALTERNATIVAS.
<b>Evento:</b>	I CIMEIRA JURÍDICO-CONSTITUCIONAL, promovida pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, em Bissau, Guiné Bissau, no ano de 2006, na qual participou como representante do Poder Judiciário brasileiro.
<b>Tema da palestra:</b>	INDEPENDÊNCIA DO JUDICIÁRIO: UM CASO CONCRETO.
<b>Países Participantes:</b>	Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé, Príncipe e Timor Leste.
<b>Evento:</b>	CONFERÊNCIA INTER-REGIONAL SOBRE SISTEMAS DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, promovida pelo MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, realizada no Palácio do Itamarati, Brasília/DF, em 2006, na qual participou como representante do Poder Judiciário brasileiro.
<b>Tema da palestra:</b>	DIREITOS HUMANOS NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO.
<b>Países participantes:</b>	Brasil, África do Sul, Índia, Reino Unido, Argentina, Peru, Chile, Colômbia, México e Venezuela. Local: PALÁCIO DO ITAMARATI. Cidade: BRASÍLIA.
<b>Evento:</b>	WORKSHOP ON COMPUTERIZATION OF CRIMINAL JUSTICE STATISTICS & OPERATIONS, em Khartoum/SUDÃO, novembro de 2009.
<b>Tema da Palestra:</b>	NÚMEROS DA JUSTIÇA CRIMINAL NO BRASIL
<b>Evento:</b>	12º CONGRESSO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE PREVENÇÃO AO CRIME E JUSTIÇA CRIMINAL, Salvador/BA, abril de 2010.
<b>Tema da Palestra:</b>	ANO DA JUSTIÇA CRIMINAL- Planos e ações.
<b>Evento:</b>	I SEMINÁRIO DE DIREITO COMPARADO BRASIL-ESPANHA, Salamanca/Espanha, maio de 2010.
<b>Tema da Palestra:</b>	O PLANO DE GESTÃO DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL

<b>Evento:</b>	V ENCONTRO INTERNACIONAL JUSTIÇA E DIREITO 2010, Havana/Cuba, maio de 2010.
<b>Tema da Palestra:</b>	PLANEAMIENTO ESTRATEGICO DE LA JUSTICIA CRIMINAL
<b>Evento:</b>	CONGRESSO SOBRE A REFORMA DO PROCESSO PENAL DO CHILE, Santiago/Chile,2011.
<b>Tema da Palestra:</b>	“Reforma tópica do processo penal brasileiro”

### 7.6.2 – Palestras em eventos Nacionais, a partir do ano de 2004.

<b>Evento:</b>	QUINTA JURÍDICA, promovida pela Escola de Magistratura da Justiça Federal da Quinta Região – ESMAFE/5ª.R e pelo Instituto Potiguar de Direito Público - IPDP, em 2004.
<b>Tema da palestra:</b>	O PODER INVESTIGATÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.
<b>Evento:</b>	I SIMPÓSIO SERIDOENSE DE DIREITO ELEITORAL, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte –TRE/RN, em Caicó/RN, em 2004.
<b>Evento:</b>	FÓRUM FRAUDE NO MERCADO DE COMBUSTÍVEIS, PRODUÇÃO CLANDESTINA E SONEGAÇÃO, promovido pelo ETCO – Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, em 2005.
<b>Tema da palestra:</b>	FRAUDE NO MERCADO DE COMBUSTÍVEIS, PRODUÇÃO CLANDESTINA E SONEGAÇÃO.
<b>Evento:</b>	SEMINÁRIO ACOMPANHAMENTO DE PENAS ALTERNATIVAS, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, em Goiânia/GO, em 2006.
<b>Tema da palestra:</b>	MEDIDAS E PENAS ALTERNATIVAS.
<b>Evento:</b>	SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITO E EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ENSINO SUPERIOR, promovido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, na Secretaria de Educação de São Paulo, em São Paulo/SP, em 2006.
<b>Tema da palestra:</b>	O PAPEL DAS ESCOLAS DA MAGISTRATURA DE ACORDO COM A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 2004.
<b>Evento:</b>	COMBATE À CONCORRÊNCIA DESLEAL, promovido pelo ETCO – Instituto Brasileiro de Ética Concorrência, em São Paulo/SP, em 2006.
<b>Tema da palestra:</b>	A JUSTIÇA E O SEU PAPEL NO COMBATE À CONCORRÊNCIA DESLEAL. III SEMINÁRIO DO ETCO
<b>Evento:</b>	SEMINÁRIO SOBRE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, promovido pelo Conselho da Justiça Federal, em Brasília, em 2007.

<b>Tema da palestra:</b>	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR POR QUÊ E PARA QUEM?
<b>Evento:</b>	ENCONTRO NACIONAL DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES DA JUSTIÇA FEDERAL, realizado em Belo Horizonte/BH, em 2008.
<b>Tema da palestra:</b>	PALESTRA SOBRE EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA.
<b>Evento:</b>	POLÍTICA CRIMINAL E PROCESSO LEGISLATIVO, promovido pelo Ministério da Justiça, em Brasília, em 2008.
<b>Tema da palestra:</b>	REFORMA DO PROCESSO PENAL.
<b>Evento:</b>	REFORMA DO PROCESSO PENAL, promovido pela Procuradoria Geral de Justiça do Rio Grande do Norte, em 2008.
<b>Tema da palestra:</b>	A NOVA LEI DE PROCEDIMENTOS DO PROCESSO PENAL.
<b>Evento:</b>	REFORMA DO PROCESSO PENAL, promovido pela Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte - ESMARN, Mossoró/RN, em 2008.
<b>Tema da palestra:</b>	A NOVA LEI DE PROCEDIMENTOS DO PROCESSO PENAL.
<b>Evento:</b>	CURSO INTENSIVO DE ATUALIZAÇÃO EM PROCESSO PENAL PARA MAGISTRADOS E ASSESSORES, promovido pela Escola superior da Magistratura do Estado do Ceará, Fortaleza/CE, em agosto de 2009.
<b>Evento:</b>	ESTUDOS DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL DA JUSTIÇA FEDERAL- II CICLO, promovido pela Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região, São Paulo/SP, em setembro de 2009.
<b>Tema da palestra:</b>	“PROVA ILÍCITA E INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS. LEI 9.296/96 EM DEBATE”
<b>Evento:</b>	III CICLO DE PALESTRAS DA JUSTIÇA FEDERAL EM CAMPINAS, promovido pela Escola de Magistrados do TRF 3ª Região, Campinas/SP, em setembro de 2009.
<b>Tema da Palestra:</b>	REFORMA TÓPICA DO PROCESSO PENAL
<b>Evento:</b>	ABERTURA DO FORUM CRIMINAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª REGIÃO, Teresópolis/RJ, outubro de 2009.
<b>Tema da Palestra:</b>	REFORMA DO PROCESSO PENAL
<b>Evento:</b>	AULA MAGNA INAUGURAL DA ESCOLA DE MAGISTRATURA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO –AMATRA 3, Vitória/ES, março de 2010.
<b>Tema da Palestra:</b>	REFORMAS NO PROCESSO PENAL

<b>Evento:</b>	I JORNADA JURÍDICA DE MOSSORÓ, Mossoró/RN, março de 2010.
<b>Tema da Palestra:</b>	REFORMAS NO PROCESSO PENAL
<b>Evento:</b>	PRÉ- CONAMAT – AMATRA III, Belo Horizonte/MG, março de 2010.
<b>Tema da Palestra:</b>	PROCESSO VIRTUAL: Tensões entre eficiência e o exercício de direitos fundamentais
<b>Evento:</b>	SEMINÁRIO - TEORIA CONSTITUCIONAL DO PROCESSO PENAL/UFRN, Natal/RN, abril de 2010
<b>Tema da Palestra:</b>	TEORIA CONSTITUCIONAL DO PROCESSO PENAL
<b>Evento:</b>	CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO ESMAM-ESCOLA DE MAGISTRATURA DO AMAZONAS, Adrianópolis/AM, abril de 2010.
<b>Tema da Palestra:</b>	REFORMA DOS PROCEDIMENTOS ORDINÁRIO E SUMÁRIO
<b>Evento:</b>	QUINTA JURÍDICA: “PROCESSO ELETRÔNICO” – ESMAFE, Aracaju/SE, março de 2010.
<b>Tema da Palestra:</b>	PROCESSO ELETRÔNICO
<b>Evento:</b>	EVENTO NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Brasília/DF, junho de 2010
<b>Tema da Palestra:</b>	PLANO DE GESTÃO DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL
<b>Evento:</b>	II CONGRESSO CARREIRAS JURÍDICAS, Brasília/DF, julho de 2010
<b>Tema da Palestra:</b>	1-SEGURANÇA JURÍDICA NA OBTENÇÃO DE PROVAS E O DEVIDO PROCESSO LEGAL NA PERSECUÇÃO CRIMINAL . 2- A IMPLEMENTAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA E LEGISLATIVA DOS BANCOS DE DADOS DE DNA.
<b>Evento:</b>	VIII ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DA 5ª REGIÃO, RECIFE-PE/2010.
<b>Tema da Palestra:</b>	“Processo eletrônico e eficiência no poder judiciário”
<b>Evento:</b>	SEMINÁRIO – TEORIA CONSTITUCIONAL DO PROCESSO PENAL – CURSO DE MESTRADO EM DIREITO/UFRN, Natal, 2011.
<b>Tema da Palestra:</b>	“ Teoria Constitucional do Processo Penal”
<b>Evento:</b>	WORKSHOP DE BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DA EXECUÇÃO PENAL, Brasília/DF, 2011.
<b>Tema da Palestra:</b>	“Plano de Gestão das Varas Criminais e de Execução Penal”

<b>Evento:</b>	CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. REFORMA DE 2008. Natal/RN,2011.
<b>Tema da Palestra:</b>	“Inovações no Procedimento Ordinário”
<b>Evento:</b>	QUINTA JURÍDICA- ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE. Natal/RN,2011.
<b>Tema da Palestra:</b>	“Órgãos de Controle (CNJ e CNMP): práticas , resultados e limites”
<b>Evento:</b>	SEMINÁRIO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS, CULTURA E EXTENSÃO DO RN- FACEX. Natal/RN, 2011.
<b>Tema da Palestra:</b>	“ Sistema Carcerário Nacional”
<b>Evento:</b>	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA MAGISTRADOS – ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE- ESMAFE/RN. NATAL-RN, 2011.
<b>Tema da Palestra:</b>	“Teoria Constitucional do Processo Penal”.
<b>Evento:</b>	II WORKSHOP DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL. Brasília/DF, 2011.
<b>Participação</b>	Coordenador dos Mutirões Carcerários
<b>Evento:</b>	CAPACITAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal/RN, 2011.
<b>Tema da Palestra:</b>	“Prisão Processual e Medidas Cautelares: Lei nº 12.403/2011 “
<b>Evento:</b>	PALESTRA NA POLICIA FEDERAL DO RN. Natal-RN,2011.
<b>Tema da Palestra:</b>	“Prisão processual e medidas cautelares: Lei nº 12.403/2011”.
<b>Evento:</b>	PALESTRA NA OAB-RN. Natal-RN,2011.
<b>Tema da Palestra:</b>	“Prisão processual e medidas cautelares”.
<b>Evento:</b>	PALESTRA NO EVENTO DA REVISTA INVERBIS. Natal-RN, novembro de 2011.
<b>Tema da Palestra:</b>	“As Recentes alterações no Código de Processo Penal”.
<b>Evento:</b>	PALESTRA NA “ QUINTA JURÍDICA”. Natal-RN, abril de 2012.
<b>Tema da Palestra:</b>	“ A Crise do Poder Judiciário: Reflexões “.
<b>Evento:</b>	“III WORKSHOP DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL”, promovido pelo Conselho da Justiça Federal – CJF, em parceria com o Departamento Penitenciário Federal – DEPEN e o apoio do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, Natal, RN,17/18 de maio de 2012.

<b>Participação:</b>	COORDENADOR CIENTÍFICO
<b>Evento:</b>	WORKSHOP DE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL, na Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN, Natal-RN, maio de 2012.
<b>Tema da Palestra:</b>	“Aspectos Processuais Controvertidos : Medidas Cautelares e dosimetria da Pena”
<b>Evento:</b>	SEMANA DE PESQUISA do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA/Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. MINICURSO “REFORMA DO PROCESSO PENAL E TENDÊNCIAS MODIFICATIVAS”. NATAL, RN, maio de 2012.
<b>Tema da Palestra:</b>	“Reforma Tópica do Processo Penal”
<b>Evento:</b>	1º Simpósio Workshop sobre processo judicial eletrônico, organizado pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em parceria com a OAB-MS. Campo Grande-MS, 21 de junho de 2012.
<b>Tema da Palestra:</b>	“Processo Judicial eletrônico: PJE: aspectos jurídicos relevantes”
<b>Evento:</b>	Curso de Ambientação para novos juízes do TRF 2ª Região. Rio de Janeiro-RJ, 23 de julho de 2012.
<b>Tema da Palestra:</b>	“ Organização e funcionamento dos juízos: varas criminais “
<b>Evento:</b>	XXXIII SEMANA DO ADVOGADO. Campina Grande-PB, 10 de agosto de 2012.
<b>Tema da Palestra:</b>	“Reforma tópica do processo penal “
<b>Evento:</b>	“IV WORKSHOP DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL”, promovido pelo Conselho da Justiça Federal – CJF, em parceria com o Departamento Penitenciário Federal – DEPEN e o apoio do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, Porto Velho, RO, 21/22 de fevereiro de 2013.
<b>Participação:</b>	Coordenador Científico
<b>Evento:</b>	II Congresso Brasileiro dos Oficiais de Justiça Estaduais, realizado no período de 20 a 22 de junho de 2013, no Hotel Parque da Costeira em Natal/RN, na qualidade de palestrante.
<b>Tema da Palestra:</b>	“O CNJ e a justiça brasileira “
<b>Evento:</b>	Encontro dos Juízes das Varas Federais Especializadas no Julgamento de Crimes de Lavagem de dinheiro e contra o Sistema Financeiro Nacional, realizado nos dias 24 e 25 de junho de 2013, no auditório do CNJ.
<b>Participação:</b>	Participante
<b>Evento:</b>	II Curso O Papel do Poder Judiciário na Segurança do Voo, promovido pelo Superior Tribunal Militar, no período de 12 a 16 de agosto de 2013, no Centro de Estudos Judiciários da Justiça Militar, Brasília.
<b>Participação:</b>	Participante

<b>Evento:</b>	Curso “TEORIA E PRÁTICA – EXECUÇÃO PENAL”, realizado no período de 09 de setembro a 04 de outubro de 2013, na modalidade a distância pela ENFAM, com carga horária de 40 horas.
<b>Participação:</b>	Palestrante.
<b>Evento:</b>	Curso promovido pela ESMARFE 5ª Região no período de 09 a 11 de outubro de 2013, na Justiça Federal do Rio Grande do Norte.
<b>Participação:</b>	Palestrante.
<b>Evento:</b>	Curso “O Judiciário do Futuro e o Futuro do Judiciário”, realizado no período de 16 a 17 de dezembro de 2013, na Justiça Federal do Rio Grande do Norte.
<b>Participação:</b>	Palestrante. Tema da palestra: Reforma da Legislação processual penal e a valorização das instâncias ordinárias. Fórum privilegiado e justiça anti isonômica.
<b>Evento:</b>	Quinta Jurídica realizada no dia 27 de fevereiro de 2014 no auditório da Justiça Federal do Rio Grande do Norte.
<b>Participação:</b>	Palestrante. Tema: Execução Penal e Sistema Carcerário: Análise Comparativa entre Itália e Brasil.
<b>Evento:</b>	Exposição abordando o tema O Sistema de execução penal federal no período de 20 e 24 de fevereiro de 2014, com carga horária de 04 h/a no curso de Iniciação à Magistratura – XII concurso para Juiz Federal – 5ª Região.
<b>Participação:</b>	Expositor.
<b>Evento:</b>	“V WORKSHOP DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL”, promovido pelo Conselho da Justiça Federal – CJF, em parceria com o Departamento Penitenciário Federal – DEPEN e o apoio do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, Foz do Iguaçu, PR, 25/28 de março de 2014.
<b>Participação:</b>	Coordenador Científico
<b>Evento:</b>	Curso de Prática de Processo Penal, realizado em 05 de setembro de 2014 no edifício sede da Justiça Federal do Ceará com duração de 8 horas.
<b>Participação:</b>	Instrutor
<b>Evento:</b>	Curso “TEORIA E PRÁTICA – EXECUÇÃO PENAL”, realizado no período de 04 de agosto a 02 de setembro de 2014, na modalidade a distância pela ENFAM, com carga horária de 40 horas.
<b>Participação:</b>	Tutor.
<b>Evento:</b>	Reunião realizada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, realizado dia 31 de outubro de 2014 em Brasília, com duração de 3 horas.

<b>Participação:</b>	Participante
<b>Evento:</b>	“VI WORKSHOP DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL”, promovido pelo Conselho da Justiça Federal – CJF, em parceria com o Departamento Penitenciário Federal – DEPEN e o apoio do Tribunal Regional Federal da Quinta Região, Campo Grande/MS, 26 e 27 de março de 2015.
<b>Participação:</b>	Coordenador Científico
<b>Evento:</b>	“FORMAÇÃO DE TUTORES NO CONTEXTO DA MAGISTRATURA”, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, modalidade à distancia, Natal/RN, 06 de abril a 05 de maio de 2015.
<b>Participação:</b>	Participante. Carga horária : 40h
<b>Evento:</b>	Curso Segurança para Magistrados: Tráfico internacional de drogas, o sistema carcerário e a ação policial, realizado pela Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região, São Paulo/SP, 28 e 29 de maio de 2015.
<b>Participação:</b>	Palestra sobre o tema: “O sistema carcerário federal e seus desafios.”
<b>Evento:</b>	Curso ASPECTOS GERAIS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL, na modalidade de Ensino a Distância, realizado pela ENFAM, no período de 25 de maio a 08 de julho, com carga horária de 60 horas-aula.
<b>Participação:</b>	Coordenador
<b>Evento:</b>	Curso de Formação de Formadores – Básico, realizado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), Escola de Magistratura Federal da 5ª Região (ESMAFE), Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (ESMARN), Embaixada da França e Escola Nacional da Magistratura da França, no período de 8 a 12 de junho de 2015, com carga horária de 48 h/a.
<b>Participação:</b>	Participante
<b>Evento:</b>	Quinta Jurídica com o tema “Colaboração Premiada”, promovido pela Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte e Escola da Magistratura Federal, Núcleo RN, Natal/RN, 25 de junho de 2015.
<b>Participação:</b>	Palestrante
<b>Evento:</b>	Curso “SOBRE O NOVO CPC: TEORIA GERAL, TUTELAS DE URGÊNCIA E PROCEDIMENTO COMUM” – RN, promovido pela ENFAM, 30 de junho e 01 de julho de 2015 em Natal/RN com duração de 20 h/aula.
<b>Participação:</b>	Participante,

### 7.6.3 – Participação em Correições

<b>Evento:</b>	Correição do Conselho da Justiça Federal no Tribunal Regional Federal da 3ª Região no período de 20 a 31 de agosto de 2012 em São Paulo/SP.
<b>Participação:</b>	Juiz auxiliar.



<b>Evento:</b>	Correição do Conselho da Justiça Federal no Tribunal Regional Federal da 1ª Região no período de 16 a 26 de setembro de 2013 em Brasília/DF.
<b>Participação:</b>	Juiz convocado através da Portaria No CJF-POR-2013/00254 de 1 de agosto de 2013.
<b>Evento:</b>	Correição da Corregedoria Regional do TRF 5ª Região na Seção Judiciária do Estado da Paraíba no período de 04 a 08 de novembro de 2013.
<b>Participação:</b>	Designado pelo Ato No 00535/2013-TRF5-CR, de 17 de outubro de 2013 como Juiz auxiliar no Gabinete da Corregedoria-Regional do TRF 5ª Região.
<b>Evento:</b>	Correição da Corregedoria Regional do TRF 5ª Região na Seção Judiciária do Estado do Ceará no período de 07 a 11 de abril de 2014 e de 05 a 09 de maio de 2014.
<b>Participação:</b>	Designado pelo Ato No 00138/2014 de 14 de março de 2014 como Juiz auxiliar no Gabinete da Corregedoria-Regional do TRF 5ª Região.
<b>Evento:</b>	Correição do Conselho da Justiça Federal no Tribunal Regional Federal da 4ª Região no período de 12 a 23 de maio de 2014 em Porto Alegre/RS.
<b>Participação:</b>	Designado pela Portaria No CJF-POR-2014/00219 de 25 de março de 2014 como Juiz auxiliar.
<b>Evento:</b>	Correição do Conselho da Justiça Federal no Tribunal Regional Federal da 3ª Região no período de 18 a 29 de agosto de 2014 em São Paulo
<b>Participação:</b>	Designado pela Portaria No CJF-POR-2014/0000232 de 10 de junho de 2014 como Juiz auxiliar.
<b>Evento:</b>	Correição da Corregedoria Regional do TRF 5ª Região na Seção Judiciária do Estado de Pernambuco no período de 15 a 19 de setembro de 2014.
<b>Participação:</b>	Designado pelo Ato No 00418/2014-TRF5, de 07 de julho de 2014 como Juiz auxiliar no Gabinete da Corregedoria-Regional do TRF 5ª Região.
<b>Evento:</b>	Inspeção no Tribunal Regional Federal da 1ª Região no período de 12 a 21 de agosto de 2015 em Brasília-DF.
<b>Participação:</b>	Designado pela Portaria No CJF-POR-2015/00235 de 16 de junho de 2015 como Juiz auxiliar.

## 8 – MEMBRO DE COMISSÕES E CONSELHOS

- Nomeado pelo Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, no ano de 1999, para integrar a Comissão para Estudo do Regimento Interno do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFRN, tendo atuado como relator, sendo o novo regimento publicado em 2006.

- Coordenador da Comissão dos Juizados Especiais Federais da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE, criada em 2000, que encaminhou ao Conselho da Justiça Federal – CJF a sugestão de lei para a criação dos Juizados Especiais Federais, que resultou na edição da Lei nº 10.259, de 2001.
- Coordenador da Comissão de Informatização do Processo da Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE, criada em 2001, que elaborou a sugestão de projeto de lei, encaminhado à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados em 2001, transformada no Projeto de Lei 5.828/2001 e, posteriormente, na Lei nº 11.419, de 2006.
- Designado pela Portaria nº 70, de 20 de novembro de 2003, assinada pelo Presidente do Conselho da Justiça Federal, Ministro Edson Vidigal, para integrar, na qualidade de representante da Quinta Região, a comissão Permanente de Revisão e Atualização do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, na qual permaneceu até 12 de maio de 2006, quando pediu desligamento.
- Nomeado pela Portaria nº 2.199, de 10 de agosto de 2004, assinada pelo Ministro da Justiça Márcio Thomas Bastos, para integrar a Comissão para Elaboração de Anteprojeto de Cooperação Jurídica Internacional, juntamente com Cláudia Maria de Freitas Chagas (Presidente), Antenor Pereira Madruga Filho (Coordenador), Athos Gusmão Carneiro, Carmem Tibúrcio, Edson Oliveira Almeida, Ministro Gilson Dipp, Jorge Fontoura, Manoel Antonio da Fonseca, Márcio Garcia, Maria Rosa Guimarães Loula, Milton Nunes Toledo Júnior, Nádia de Araújo, tendo sido designado relator da parte referente ao processo penal.
- Integrou a comitiva do Brasil que participou e representou o país no 11º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Delito e Justiça Penal, realizado em Bangkok, Tailândia, no período de 18 a 25 de abril de 2005, formada, ainda, por Waldir Pires, Ministro de Estado de Controle e da Transparência, Marco Antônio Diniz Brandão, Embaixador do Brasil na Tailândia, Cláudia Chagas, Secretária Nacional de Justiça, Maria Feliciano Ortigão, Primeira Secretária da Embaixada do Brasil em Viena, Antenor Pereira Madruga Filho, Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça, Carlos Eduardo Vasconcelos, Subprocurador Geral da República, César Oliveira de Barros Leal, Membro do Conselho Nacional Criminal e Penitenciário, Robson Robin da Silva, Diretor do Departamento de Segurança Nacional do Ministério da Justiça, e Patrícia Maria Oliveira Lima, Primeira Secretária e Conselheira Internacional do Ministério de Estado de Controle e da Transparência.
- Integrou a comissão do Brasil que negociou o Tratado Bilateral de Cooperação Jurídica Internacional Brasil-Alemanha em matéria penal, nas duas rodadas de negociações, ocorridas, no ano de 2005, em Berlim e em Natal, composta, ainda, por Antenor Pereira Madruga Filho, Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça, e Eugênio Aragão, Subprocurador-Geral da República.
- Integrou, no biênio de 2006 a 2008, na qualidade de Presidente da Associação dos Juizes Federais – AJUFE, com direito a assento e voz, o Conselho da Justiça Federal - CJF, integrado pelo Presidente, Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça – STJ, pelo Ministro do STJ Coordenador-Geral da Justiça Federal, por mais três Ministros do STJ e pelos cinco Presidentes de cada um dos Tribunais Regionais Federais.
- Integrou, no biênio de 2006 a 2008, na qualidade de Presidente da Associação dos Juizes Federais – AJUFE, com direito a assento e voz, a Comissão Permanente dos Juizados Especiais Federais, instituída pelo Conselho da Justiça Federal – CJF, e composta pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça Coordenador-Geral do Juizado Especial Federal e pelos cinco Desembargadores Federais Coordenadores Regionais dos Juizados Especiais Federais em cada uma das cinco Regiões da Justiça Federal.
- Membro do Conselho Científico da Revista Constituição e Garantia de Direitos, Publicação do programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

- Membro do Conselho Editorial da Revista jurídica da UFRN Inverbis, Publicação Semestral dos Acadêmicos do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Membro do Conselho Editorial da Revista CEJ/RN do Centro de Estudos jurídicos JFRN.
- Membro do Conselho Editorial da Revista CEJ/RN do Centro de Estudos jurídicos JFRN.
- Membro da Comissão Permanente do Sistema Penitenciário Federal do Conselho da Justiça Federal.
- Membro da comissão, criada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, com a finalidade de realizar estudos e propor sugestões à elaboração do Anteprojeto de Lei Complementar para dispor sobre o Estatuto da Magistratura.
- Membro da Comissão, criada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, de Estudo e Redação de Anteprojeto de Lei Complementar destinada a dispor sobre o Estatuto da Magistratura, nomeado pela Portaria nº CJF-POR-2013/00105 de 13 de março de 2013, assinada pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal, Ministro João Otávio de Noronha.

## **9 – PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E ATOS NO PARLAMENTO NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DA AJUFE.**

- Exposição e apresentação, em reunião no Salão Nobre do Senado Federal com os presidentes Aldo Rebelo (Câmara dos Deputados) e Renan Calheiros (Senado Federal), das sugestões da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE para a alteração do Código de Processo Penal, da Lei de Execução Penal e da criação de Plano de Segurança e Assistência para os Juízes Federais colocados em situação de risco, no ano de 2006.
- Exposição e apresentação ao Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, Deputado Geraldo Thadeu, da Sugestão nº 251/2006, que propõe alterações na Lei de Execução Penal, no mês de outubro de 2006.
- Apresentação e exposição ao Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, Deputado Geraldo Thadeu, de Sugestões Legislativas à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, das sugestões de projeto de lei que propõem a criação de Plano Nacional de Segurança para os Juízes Federais (Sugestão 258/2006) e de um Fundo Nacional de Segurança da Justiça Federal (Sugestão 259/2006), no mês de novembro de 2006.
- Participação como expositor na qualidade de representante do Poder Judiciário, em Audiência Pública na Comissão Especial da Câmara dos Deputados presidida pelo Deputado Federal José Pimentel, destinada a debater o Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2007, que impõe limites de despesa com pessoal, no ano de 2007.
- Participação como expositor na qualidade de representante da Justiça Federal, em Audiência Pública promovida pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre escutas telefônicas ilegais/clandestinas, no ano de 2008.
- Participação como orador na qualidade de representante da Justiça Federal em Manifestação pela Aprovação da PEC 438/2001, que dispõe sobre o trabalho escravo. Presentes os presidentes da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, e do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho, do Senador José Nery, presidente da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo no Senado Federal e do Deputado Paulo Rocha, presidente da Subcomissão do Trabalho Escravo na Câmara dos Deputados, no ano de 2008.
- Promoção de Ato Público na Câmara dos Deputados pela rejeição da PEC 457, de 2005, com apresentação de discurso contra a elevação da aposentadoria na magistratura para os 75 anos, evento ocorrido no ano de 2008.

## **10 – MEMBRO DE COMISSÕES DE CONCURSO PÚBLICO**

- Integrou a Banca Examinadora do Concurso Público de provas para o cargo de Procurador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, no ano de 1994.
- Integrou a Banca Examinadora do Concurso Público de provas e títulos para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, no ano de 1994.
- Integrou a Banca Examinadora do Concurso Público de provas e títulos para o cargo de Professor da disciplina de Direito Penal, promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, no ano de 2008.

## **11 – MEMBRO DE BANCA EXAMINADORA**

### **11.1 – Curso de Especialização e de Monografia de conclusão de curso de graduação**

- Participação em banca de Especialização da Escola da Magistratura do Estado do Rio Grande do Norte – ESMARN, de ANDREO ALEKSANDRO N. MARQUES, com o tema A INCOMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL PENAL E OS SEUS EFEITOS PROCESSUAIS, no ano 2003.
- Participação em banca da Especialização da Escola da Magistratura do Estado do Rio Grande do Norte – ESMARN, de CARLA MARIA FERNANDES DE BRITO, com o tema ARCABOUÇO TEÓRICO DO PRINCÍPIO DA NÃO-CULPABILIDADE NO SISTEMA JURÍDICO-PENAL BRASILEIRO, no ano de 2003.
- Participação em banca de Especialização da Universidade Potiguar do Estado do Rio Grande do Norte, de KEITY MARA FERREIRA DE SOUZA E SABOYA, com o tema CORRELAÇÃO ENTRE ACUSAÇÃO E SENTENÇA NO PROCESSO PENAL, no ano de 2003.
- Participação em banca de Especialização da Escola da Magistratura do Estado do Rio Grande do Norte – ESMARN, de FRANCISCO GABRIEL MAIA NETO. DIREITO CONSTITUCIONAL, com o tema A LIBERDADE PROVISÓRIA: NATUREZA CAUTELAR DA PRISÃO PROCESSUAL, no ano de 2003.
- Participação em banca de Especialização da Escola da Magistratura do Estado do Rio Grande do Norte – ESMARN, de DELLANO DE CARVALHO ANDRADE, com o tema AS PENAS ALTERNATIVAS NO NOSSO ORDENAMENTO JURÍDICO: UMA VISÃO MODERNA DAS PENAS ALTERNATIVAS, no ano de 2004.
- Participação em banca de Especialização na Escola da Magistratura do Estado do Rio Grande do Norte – ESMARN, de MILLENY NÓBREGA MONTEIRO, com o tema AS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO, no ano de 2004.
- Participação em banca de Especialização da Escola da Magistratura do Estado do Rio Grande do Norte – ESMARN, de CLÁUDIA PATRÍCIA MARTINS DE SÁ MUNIZ, com o tema DIREITO À IMAGEM NO ÂMBITO CONSTITUCIONAL, no ano de 2004.
- Participação em banca de Especialização na Escola da Magistratura do Estado do Rio Grande do Norte – ESMARN, de NARA SANCHA FREIRE PONTES, com o tema O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS MUNICIPAIS BRASILEIRAS, no ano de 2004.
- Participação em Banca de mestrado da Defesa de Monografia Jurídica, necessário para conclusão do Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do aluno RICHARDY VIDENOV ALVES DOS SANTOS, intitulada “O conceito de atividade

jurídica para fins de ingresso na magistratura: Alcance e proporcionalidade da regulamentação conferida pelo Conselho Nacional de Justiça”, na condição de Presidente, em 07 de junho de 2013.

- Participação em Banca Examinadora da Defesa de Monografia Jurídica, necessário para conclusão do Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da aluna LUMA PACHECO CUNHA DO NASCIMENTO NEVES, intitulada “A colaboração Premiada: aspectos controvertidos da Lei No 12.850, de 02 de agosto de 2013”, na condição de Presidente, em 23 de maio de 2014.
- Participação em Banca Examinadora da Defesa de Monografia Jurídica, necessário para conclusão do Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da aluna MARINA ESTELITO DUARTE, intitulada “Reparação civil por danos decorrentes da prisão indevida na seara criminal”, na condição de Presidente, em 07 de novembro de 2014.
- Participação em Banca Examinadora da Apresentação de Monografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da aluna ANNA CLARA MIRANDA DE AZEVEDO PEIXOTO, intitulada “DIREITO AO ESQUECIMENTO: uma análise sob o enfoque da Constituição Federal de 1988”, na condição de Presidente, em 20 de março de 2015.
- Participação em Banca Examinadora da Defesa de Monografia Jurídica, necessário para conclusão do Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da aluna MARIA AUGUSTA MARQUES DE ALMEIDA XAVIER, intitulada “O PRINCÍPIO DA *NON REFORMATIO IN PEJUS* INDIRETA E A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO NO PROCESSO PENAL”, na condição de Presidente, em 03 de junho de 2015.
- Participação em Banca Examinadora da Defesa de Monografia Jurídica, necessário para conclusão do Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da aluna NATHÁLIA FERREIRA CORTEZ, intitulada “BALIZA À PRODUÇÃO PROBATÓRIA NO PROCESSO PENAL: UMA ANÁLISE DAS RAZÕES QUE DEVEM LIMITAR A UTILIZAÇÃO DE GRAVAÇÕES CLANDESTINAS”, na condição de Presidente, em 03 de junho de 2015.
- Participação em Banca Examinadora da Defesa de Monografia Jurídica, necessário para conclusão do Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da aluna LUCELY GINANI BORDON, intitulada “A INCONSTITUCIONALIDADE DA CONDUÇÃO COERCITIVA DO ACUSADO PARA O INTERROGATÓRIO DIANTE DO DIREITO FUNDAMENTAL CONTRA A AUTOINCRIMINAÇÃO”, na condição de Presidente, em 03 de junho de 2015.

## 11.2 – Curso de Mestrado

- Participação em banca de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, de FÁBIO WELLINGTON ATAÍDE ALVES, com o tema *EFETIVAÇÃO DA GARANTIA DE DEFESA NO ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO: COLISÃO ENTRE PODER PUNITIVO E GARANTIA DE DEFESA*, no ano de 2007.
- Participação em banca de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, de ANDRÉ MAURO LACERDA AZEVEDO, com o tema *TRIBUNAL DE JÚRI E SOBERANIA POPULAR*, no ano de 2007.
- Participação em banca de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, de Mestrado de KEYTY MARA FERREIRA DE SOUZA E SABOYA., com o tema *NE BIS IN IDEM: LIMITES JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS À PERSECUÇÃO PENAL*, no ano de 2006.

- Participação em banca de Mestrado da Universidade Católica de Brasília, de EMMANUEL C. S. PEREIRA, com o tema CRIMINALIDADE ORGANIZADA TRANSNACIONAL: OS LIMITES ENTRE OS DELITOS DE LAVAGEM DE DINHEIRO E RECEPÇÃO, no ano de 2008.
- Participação em banca de mestrado de CAROLINA MALTA, com o tema CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS À ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTROLE DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL, em novembro de 2009, Universidade Federal de Pernambuco.
- Participação em banca de mestrado de ALBA PAULO DE AZEVEDO, com o tema: DEVIDO PROCESSO PENAL: Uma análise acerca dos direitos fundamentais sob a perspectiva do processo eletrônico. 2010. (DIREITO), Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Participação em banca de mestrado de PEDRO RAFAEL MALVEIRA DEOCLECIANO, com o tema: O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E O CONTROLE DEMOCRÁTICO DO PODER JUDICIÁRIO: UMA REALIDADE POSSÍVEL? , 2010. (DIREITO CONSTITUCIONAL) Universidade de Fortaleza.
- Participação em Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do mestrando GUDSON BARBALHO DO NASCIMENTO LEÃO, intitulada “ O PAPEL DO JUIZ DAS GARANTIAS NA CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ACUSATÓRIO BRASILEIRO” na condição de 2º examinador, em novembro de 2011.
- Participação em Banca examinadora da Defesa de Dissertação de mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do mestrando RODRIGO TELLES DE SOUZA, intitulada “ A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E A VEDAÇÃO AO ANONIMATO NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO “, na condição de Presidente, em abril de 2012.
- Participação em Banca examinadora da Defesa de Dissertação de mestrado da Universidade do Rio Grande do Norte, do mestrando KLEBER MARTINS DE ARAÚJO, intitulada, “ A RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: o equilíbrio entre a efetividade e os limites da pretensão punitiva da sociedade “, na condição de Presidente, em abril de 2012.
- Participação em Banca examinadora da Defesa de Dissertação de mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do mestrando PAULO MAYCON COSTA DA SILVA, intitulada “ DEFENSORIA PÚBLICA E A SUA LEGITIMIDADE À TUTELA JURÍDICA DOS DIREITOS HUMANOS”, na condição de Presidente, em maio de 2012.
- Participação em Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do mestrando DJASON BARBOSA DA CUNHA, intitulada “ JUSTIÇA RESTAURATIVA NO SISTEMA PENAS E PROCESSUAL PENAL COMO FORMA DE CONCRETIZAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO CONSTITUCIONAL”, na condição de Avaliador Interno, em agosto de 2013.
- Participação em Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do mestrando KILDARE DE MEDEIROS GOMES HOLANDA, intitulada “OS CRIMES DE MÍDIA NO PARADIGMA DEMOCRÁTICO CONSTITUCIONAL”, na condição de Presidente, em agosto de 2013.
- Participação em Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do mestrando OLAVO HAMILTON AYRES FREIRE DE ANDRADE, intitulada “GUERRA CONTRA AS DROGAS: uma análise sob a perspectiva do princípio da proporcionalidade”, na condição de Presidente, em agosto de 2013.
- Participação em Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do mestrando ROCHESTER OLIVEIRA ARAÚJO, intitulada “O Direito Fundamental contra a autoincriminação”, na condição de Presidente, em 25 de novembro de 2013.

- Participação em Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da mestranda DÉBORAH LEITE DA SILVA, intitulada “Os limites do poder regulamentador do Conselho Nacional de Justiça no contexto do estado constitucional brasileiro”, na condição de Presidente, em 09 de dezembro de 2014.
- Participação em Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do mestrando JARDIEL OLIVEIRA DA SILVA, intitulada “TRIBUNAL DO JÚRI NO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO: A garantia fundamental à soberania dos veredictos e a participação popular na regulação da liberdade individual.”, na condição de Presidente, em 30 de março de 2015.
- Participação em Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do mestrando KLEYSON DA SILVA FERNANDES, intitulada “O NEOCONSTITUCIONALISMO E O PROCESSO DE JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: A efetividade da constituição através da jurisdição constitucional”, na condição de Presidente, em 30 de março de 2015.
- Participação em Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do mestrando ERIC LUIZ MARTINS CHACON, intitulada “A GARANTIA DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO NAS AÇÕES PENAS ORIGINÁRIAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: uma análise à luz da ação penal n.470”, na condição de Presidente, em 30 de março de 2015.
- Participação em Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do mestrando PAULO EDUARDO DE FIGUEIREDO CHACON, intitulada “A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA GESTANTE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO”, na condição de 2º Examinador, em 22 de maio de 2015

## **12 – NOTAS TÉCNICAS SOBRE PROJETOS DE LEI, APRESENTADAS NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DA AJUFE.**

### **ANO: 2007**

1. Competência da Justiça Militar – Manutenção da Competência da Justiça Federal para o julgamento das punições disciplinares dos membros das forças armadas. (PEC 358/2005).
2. Composição do Tribunal Regional Eleitoral – Art. 120 da CF (PEC 358/2005)
3. Recusa da Promoção por Antiguidade (PEC 37/2004).
4. Obrigatoriedade do exame de ordem (PL 5.054/2005).
5. Apelação e Efeito Suspensivo (PL 3.605/2004).
6. Uniformização de Jurisprudência (PL 3.804/1993).
7. Contingenciamento da Justiça Federal: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento (PLP 1/2007).
8. Composição e Competência do Conselho de Justiça Federal (PL 284/2007).
9. Sugestões ao Substitutivo do Relator Deputado Paes Landim à PEC 358/2005.
10. Mediação (PLC 94/2002).
11. Férias Coletivas (PEC 3/2007).
12. Revisão do Subsídio (PL 7.297/2006).

13. Intimações – art. 238 do CPC (PL 6339/2005).
14. Descumprimento Judicial dos Prazos por Magistrados (PL37/2007).
15. Suspensão do Processo, “Emendatio” e “Mutatio Libeli” (PLC 36/2007).
16. Provas no Código de Processo Penal (PLC 37/2007).
17. Tribunal do Júri (PLC 20/2007).
18. Previdência Complementar (PL 1.992/2007).
19. Suspensão dos Prazos e Fim do Recesso na Justiça Federal (PLC 6/2007).
20. Precatórios (PEC 12/2006).
21. Redução das Férias (PLS 374/2007).

#### **ANO: 2008**

1. Acesso à Informação (PL 219/2003).
2. Perda do Cargo de Magistrado (PEC 178/2007).
3. Suspensão do Processo, ‘Emendatio Libeli’ ‘Mutatio Libeli’ – Código de Processo Penal (PL 4.207/2001).
4. Provas (4.205/2001).
5. Criação 230 Varas Federais (PL 5.829/2005).
6. Crimes contra a Ordem Tributária (PL 3.670/2004).
7. Interceptação Telefônica (PL 1.258/1995).
8. Competência Penal da Justiça do Trabalho (PL 2.684/2007).
9. Direitos e Prerrogativas dos Advogados (PL. 5.762/2005).
10. Segurança dos Juízes e julgamento colegiado de crimes praticados por organizações criminosas (PL 2.057/2007).
11. Intimações – art. 238 do Código de Processo Civil.
12. ATS - Adicional por tempo de serviço (PEC 210/2007).
13. Aposentadoria Compulsória (PEC 547/2005).
14. Revisão do Subsídio (PL 7297/2006).

### **13 – HOMENAGENS RECEBIDAS**

- Recebeu da Câmara Municipal de Touros/RN o título de Cidadão Tourense. Touros/RN, em 1992.
- Professor homenageado da turma concluinte do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, em 1994.1.
- Paraninfo da turma concluinte do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, em 1994.2.
- Professor homenageado da turma concluinte do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, em 1995.2.
- Recebeu a Medalha Djalma Aranha Marinho, categoria Mérito Judiciário, conferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. Natal/RN, em 1995.



- Paraninfo da turma concluinte do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, em 1996.1.
- Professor homenageado da turma concluinte do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, em 1996.2.
- Professor homenageado da turma concluinte do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, em 1998.2.
- Professor homenageado da turma concluinte do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, em 1999.
- Recebeu da Câmara Municipal de Areia Branca/RN o título de Cidadão Areiabranquense Areia Branca/RN, em 2000.
- Paraninfo da turma concluinte do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, em 2001.2.
- Paraninfo da turma concluinte do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. Natal/RN, em 2002.1.
- Professor homenageado da turma concluinte do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, em 2002.2.
- Recebeu da do Tribunal Regional Federal da Primeira Região o Diploma de VISITANTE ILUSTRE, como Presidente da AJUFE, em 2006.
- Homenagem da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT, com a entrega de placa, na abertura do XIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho, pela destacada atuação associativa. Brasília/DF, em 2008.
- Homenagem do Conselho da Justiça Federal – CJF, com a entrega de placa, pela participação no Colegiado do Conselho Federal no biênio 2006/2008. Brasília/DF, em maio de 2008.
- Homenagem da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, com a comenda de Colaborador do Policiamento Ambiental. Natal/RN, em 2009.
- Homenagem do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, condecorado com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho “Djalma Aranha Marinho”, no grau de Grande Oficial. Natal/RN, em setembro de 2009.
- Homenagem do Tribunal de Justiça do Pará, condecorado com a Ordem do Mérito Judiciário do Estado do Pará com a outorga de Grã-Cruz da referida Ordem. Belém/ PA, em agosto de 2010.
- Homenagem da AJUFE, Associação dos Juizes Federais do Brasil no XXVIII ENCONTRO DOS JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL, em reconhecimento pelo seu empenho e dedicação em prol da valorização e da independência da magistratura federal brasileira. Fortaleza/CE, out.2011.
- Patrono da turma concluinte do Curso de Direito da FACEX, Natal. Natal/RN, em 2011.1.
- Homenagem da Polícia Federal do RN, reconhecendo o empenho, honradez e abnegação com que o Juiz Federal Walter Nunes da Silva Junior tem conduzido a difícil arte de julgar. Natal/RN, março de 2012.
- Homenagem do Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Norte, com a Ordem do Mérito Alberto Maranhão, dezembro de 2012.
- Patrono da turma concluinte do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. Natal/RN, em 2013.1.
- Professor homenageado com o nome da turma concluinte do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, em 2013.2.

- Patrono da turma concluinte do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. Natal/RN, em 2014.1.
- Professor homenageado das turmas concluintes do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. Natal/RN, em 2014.2 e 2015.1.
- Declaração de Menção honrosa, em virtude da extrema qualidade da pesquisa, atribuída pela Comissão Científica de Pôsteres do XXIII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado na UFPB, em João Pessoa, entre os dias 05 a 08 de novembro de 2014, com a apresentação do Pôster intitulado: A MULHER E OS DIREITOS TRABALHISTAS, DESAFIOS PARA UMA VERDADEIRA HORIZONTALIZAÇÃO DA JUSTIÇA NO SÉCULO XXI.
- Diploma pela orientação da Monografia de Graduação do Curso de Direito do aluno **Richardy Videnov Alves dos Santos**, que obteve premiação de Melhor Monografia no período de 2013.1, “O CONCEITO DE ATIVIDADE JURÍDICA PARA FINS DE INGRESSO NA MAGISTRATURA: ALCANCE E PROPORCIONALIDADE DA REGULAMENTAÇÃO CONFERIDA PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA”, conferido pela Universidade Federal do Rio Grande do NORte em 10 de abril de 2014.
- Diploma pela orientação da Monografia de Graduação do Curso de Direito da aluna **Anna Clara Miranda de Azevedo Peixoto**, que obteve premiação de Melhor Monografia no período de 2013.2, “O SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL NO BRASIL: ASPECTOS FUNDAMENTAIS”, conferido pela Universidade Federal do Rio Grande do NORte em 27 de novembro de 2014.

## 14 – RELATORIA DE RESOLUÇÕES NO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (2009-2011)

**1.Resolução nº 87 de 15/09/2009** : Dá nova redação e renumera artigos da Resolução nº 66, de 27 de janeiro de 2009, que cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão provisória.

**2.Resolução nº 90 de 29/09/ 2009**: Dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no Poder Judiciário.

**3.Resolução nº 91 de 29/09/2009** : Institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos no Poder Judiciário e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados para as atividades judiciárias e administrativas no Poder judiciário.

**4.Resolução nº 100 de 24/11/2009** : Dispõe sobre a comunicação oficial, por meio eletrônico, no Poder Judiciário e dá outras providências.

**5.Resolução nº 101 de 15/12/2009**: Define a política institucional do Poder Judiciário na Execução das Penas e Medidas Alternativas à Prisão.

**6.Resolução nº 104 de 06/04/2010**: Dispõe sobre medidas administrativas para a segurança e a criação de Fundo Nacional de Segurança, e dá outras providências.

**7.Resolução nº 105 de 06/04/2010**: Dispõe sobre a documentação dos depoimentos por meio do sistema audiovisual e realização de interrogatório e inquirição de testemunhas por videoconferência.

**8.Resolução nº 112 de 06/04/2010:** Institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal.

**9.Resolução nº 113 de 20/04/2010:** Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança, e dá outras providências.

**10.Resolução nº 116 de 03/08/2010:** Revoga o parágrafo 2º e altera a redação do art. 4º da Resolução nº 113, de 20 de abril de 2010, que estabelece o processamento dos incidentes de execução em autos apenso ao processo de execução penal, tornando-o facultativo.

**11.Resolução nº 117 de 03/08/2010:** Suspende, até a implantação do processo eletrônico, a vigência do art. 2º A da Resolução nº 66, de 06/04/2010, que instituiu o Cadastro Nacional das Prisões Cautelares e das Internações provisórias.

**12.Resolução nº 121 de 05/10/2010:** Dispõe sobre a divulgação de dados processuais eletrônicos na rede mundial de computadores, expedição de certidões judiciais e dá outras providências.

**13.Resolução nº 122 de 26/10/2010:** Altera dispositivos da Resolução nº 81, de 9 de junho de 2009, que dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de registro, e de minuta de edital.

**14.Resolução nº 130 de 28/04/2011:** Acrescenta os parágrafos 3º e 4º ao art. 1º da Resolução nº 88, de 8 de setembro de 2009, que dispõe sobre a jornada de trabalho no âmbito do Poder Judiciário, o preenchimento de cargos em comissão e o limite de servidores requisitados.

**15.Resolução nº 135 de 13/07/2011:** Dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados, sobre o rito e as penalidades, e dá outras providências.

**16.Resolução nº 136 de 13/07/2011:** Altera a Resolução 90, de 29 de setembro de 2009, que dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário, e determina sua republicação alterada.

**17.Resolução nº 137 de 13/07/2011:** Regulamenta o banco de dados de mandados de prisão, nos termos do art. 289-A do CPP, acrescentado pela lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, e dá outras providências.